

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira¹

Como podem ser as relações entre dois grandes países com níveis de desenvolvimento substancialmente diferentes? Qual a real possibilidade de cooperação entre eles, quando sabemos que historicamente os países mais ricos e poderosos quase sempre se comportaram de maneira imperial em relação aos países em desenvolvimento? É claro que os primeiros sempre dirão estar prontos a cooperar com seus capitais, com sua ciência, com sua tecnologia, e, de fato, alguns bens sempre resultaram dessa cooperação. Entretanto, até o século XIX, a política dos países mais desenvolvidos foi a de transformar em colônias os demais. Após a Segunda Guerra Mundial, manter colônias tornou-se economicamente inviável por causa da resistência crescente dos povos dominados, e a estratégia imperialista mudou para ações que visassem neutralizar a industrialização desses países. Aqueles que já haviam chegado ao telhado passaram a “chutar a escada” dos que tentavam se juntar a eles, como foi classicamente assinalado por Friedrich List que, em 1846, usou essa expressão para identificar os argumentos e as pressões da Inglaterra para que a Alemanha não se industrializasse.

1 Professor Emérito da Fundação Getúlio Vargas, autor de várias obras, entre as quais *Globalização e competição*, publicada em diversos países.

se. Agora, sem as colônias, essa estratégia passou a ser adotada com intensidade ainda maior.

A lei das vantagens comparativas do comércio internacional, convencendo os países em desenvolvimento a abrirem suas economias aos bens industriais exportados pelas nações centrais, e a tese de que tais economias periféricas só teriam condições de crescer aceitando capitais estrangeiros (a “poupança externa”) e se endividando eram as duas principais armas usadas. A partir dos anos 1980, quando muitos países já haviam ignorado a lei das vantagens comparativas e se industrializado, a ênfase na abertura financeira e na poupança externa estava no coração do Consenso de Washington. A lógica desse tipo de imperialismo era neutralizar a competitividade dos países em desenvolvimento na exportação de bens industriais. O objetivo era tríplice: manter os países em desenvolvimento como fornecedores de matérias-primas e de alimentos tropicais; conservá-los como mercado para as manufaturas dos países centrais; e impedir que se tornassem concorrentes na exportação desses bens, em cuja produção contavam com a vantagem de terem mão de obra barata. As estratégias para alcançar esses objetivos, por sua vez, eram a clássica aliança com as elites mercantis e rentistas dos países em desenvolvimento; a hegemonia ideológica para convencer o restante da população; e a formação em universidades de economistas liberais que se tornassem porta-vozes de suas teses cientificamente legitimados.

Luiz Alberto Moniz Bandeira, o notável historiador brasileiro do século XX, é um nacionalista econômico (jamais étnico) que conhece muito bem o que acabo de descrever. Como poderia então ele, em um livro que analisa as relações do Brasil com a Alemanha desde a independência, dar conta desse problema? Meu amigo Moniz provou, em todos os seus livros e novamente neste, enorme capacidade de pesquisa e extraordinária competência em selecionar os fatos históricos principais. Ele é sempre informativo e objetivo; escreve com estilo claro e conciso; e raramente dá sua opinião. Mas seus sentimentos patrióticos e seus valores morais aparecem com clareza nas entrelinhas. Como pode ele,

então, oferecer-nos uma visão positiva das relações do Brasil com a Alemanha durante duzentos anos?

O fato de estar casado com uma alemã e viver na Alemanha nos últimos anos têm um papel na resposta a essa pergunta, mas pequeno, porque o senso crítico de Moniz é muito agudo e seu compromisso com os fatos históricos, definitivo. A verdadeira resposta manifesta-se no livro em vários momentos, sob diversas formas, mas é muito clara: a Alemanha sempre foi o *tertius* – não o terceiro “interveniente” que entra em uma disputa jurídica entre dois contendores para defender seus próprios interesses, mas o terceiro que é chamado por uma das partes para aumentar seu poder de barganha.

A Alemanha teve outros papéis na história do Brasil. No século XIX, foi a origem de uma importante e qualificada imigração; durante grande parte do século XX, foi a principal origem de investimentos diretos; e, em qualquer tempo, foi o país que mais cooperou com o Brasil em ciência e tecnologia. Eu sempre me lembro de que no breve período em que fui ministro da Ciência e da Tecnologia do Brasil (1999) encontrei-me no Congresso da Ciência, que a Unesco organizou em Budapeste, com o ministro correspondente da Alemanha. Tivemos amável conversa e, em determinado momento, disse a ele que o Brasil já não estava muito interessado em ajuda, mas interessava-se muito em cooperação científica. “Quem sabe”, disse eu no meio da conversa, “uma equipe de cientistas alemães e brasileiros possa vir a ganhar um prêmio Nobel”. O alemão não comentou, mas quando já estávamos nos despedindo, disse, com muita simpatia: “Quanto à sua ideia de uma cooperação voltada para a excelência, acho que é uma boa ideia”.

Foi principalmente no papel de *tertius* apresentado ao país dominante (inicialmente Inglaterra, depois Estados Unidos), como uma possível alternativa caso o contendor maior não concordasse com as demandas do Brasil, que a Alemanha contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do nosso país. Moniz deixa isso muito claro em vários momentos. Foi Getulio Vargas quem primeiro usou dessa estratégia, no caso da implantação da primeira siderúrgica no Brasil, em

Volta Redonda. A United States Steel recusava-se a cooperar e, afinal, o papel da Krupp foi importante para que o investimento se realizasse.

No início dos anos 1950, a questão foi a da indústria automobilística. Vargas queria uma fábrica verdadeira no Brasil, não meras plantas de montagem como as maiores empresas de então (a General Motors e a Ford) se dispunham a instalar aqui. A Alemanha foi chamada, e, afinal, depois da morte do estadista, já no governo Juscelino Kubitschek, as três primeiras empresas automobilísticas do Brasil foram inauguradas; não por acaso, alemãs: a Mercedes Benz (caminhões), a DKW e a Volkswagen.

Nos anos 1970, foi a vez da tecnologia nuclear. O Brasil decidiu construir a primeira usina nuclear em Angra dos Reis, mas o governo norte-americano proibia a empresa contratada, a Westinghouse, de fornecer tecnologia para o Brasil. A França também se recusou. Só a Alemanha se dispôs a fazê-lo, e um grande acordo foi feito nessa direção, mas, afinal, a grande crise da dívida externa que eclodiu nos anos 1980 impediu que as duas outras usinas já contratadas com a Alemanha fossem levadas adiante.

A partir dos anos 1990, a participação da Alemanha no estoque de capital estrangeiro investido no Brasil – que chegara a 17% do total na década anterior, tornando a Alemanha o país que mais investia no Brasil – caiu consideravelmente. Foram duas as razões. A unificação da Alemanha levou-a, muito naturalmente, a voltar todas as suas atenções para os países do Leste Europeu, ao mesmo tempo que a sobrecarga fiscal representada por essa unificação levou o governo alemão a diminuir as dotações das fundações dos quatro principais partidos cuja contribuição foi sempre relevante. Mas a causa maior foi o fato de a Alemanha não ter participado do lamentável processo de privatização de empresas de serviços públicos monopolistas e de bancos de varejo brasileiros. Os países que se aproveitaram dessas privatizações na área da energia, da telefonia fixa e dos bancos de varejo, principalmente a Espanha, obtiveram privilégios, quase rendas, sem contrapartida para o país. Não é surpreendente que o governo espanhol tenha “estimulado”

suas empresas a entrar nos leilões. As empresas alemãs, que sempre investiram no Brasil na área industrial, geralmente em atividades intensivas em tecnologia, não participaram dessas privatizações, e por isso perderam importância relativa no estoque de capital estrangeiro no Brasil. Não perderam, porém, o papel estratégico que sempre tiveram nessa área no nosso país.

Desde 2005 houve desentendimento entre o Brasil e a Alemanha, a partir da decisão equivocada deste país de denunciar o acordo sobre bitributação com o Brasil. Nos anos recentes, porém, Moniz Bandeira assinala que a Alemanha vem novamente voltando seus olhos para o Brasil. Isso naturalmente se deve ao melhor desempenho econômico que o Brasil passou a apresentar desde 2005. Entretanto, vale assinalar o fato de que – não obstante o governo Lula haver tomado iniciativas políticas que desagradaram os alemães, especialmente o acordo que, juntamente com a Turquia, obteve do Irã e propôs aos Estados Unidos, que não o aceitaram – depois da visita do presidente brasileiro à Alemanha as relações entre os dois países melhoraram muito. Isso mostra como é importante para um país não se submeter ao outro. Ganhamos respeito dos nossos parceiros. E, assim, assinala o nosso autor terminando seu livro, as ideias de maior cooperação na área ambiental que sempre interessou muito aos alemães, a reforma da governança global na qual existem interesses comuns e a necessidade de regular mais firmemente os sistemas financeiros entraram na agenda dos dois países, aumentando “as possibilidades de reforçar o diálogo político, em alto nível, e a colaboração com a Alemanha para enfrentar os enormes desafios da globalização”.